



II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

INSERÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESPORTIVAS NA AGENDA GOVERNAMENTAL BRASILEIRA

Danilo Francisco da Silva Marçal (FACINOR); Layane Castiglioni Tasca (FACINOR)
Faculdade Intermunicipal no Noroeste do Paraná, Loanda, Paraná, Brasil
daniлоfsm@msn.com

Palavras-chave: Políticas Públicas; Políticas de Esporte; Agenda Governamental.

Introdução

O esporte é uma das formas de desenvolver ações políticas nas esferas municipais, estadual e federal e, por muitas vezes, é incluído na agenda governamental para o desenvolvimento de políticas públicas (LINHALES, 1996). A formação de uma Agenda Política é iniciada através de indicadores, que envolve situações de soluções de problemas, para então entender o processo do fluxo político (CAPELLA, 2006). Historicamente, no Brasil, as políticas públicas de esporte e lazer sofreram diferentes tipos de influências e apresentaram inúmeras formas de ação, elas levam em consideração, sobretudo: o direito constitucional de todos ao lazer, atividades democráticas ou autoritárias por parte dos órgãos do governo e a criação de programas e movimentos direcionados especificamente ao desenvolvimento de ações ao campo de esporte e lazer, vinculando os mesmos as perspectivas que sejam interessantes à população. Além disso, as políticas públicas só conseguirão esse intento se elaboradas, administradas e avaliadas continuamente sob a perspectiva intersetorial e consolidadas como Política de Estado, sob responsabilidade e sua fiscalização, como um todo e da sociedade como aliada (BORGES, 2017; MARQUES; GUTIERRES; ALMEIDA, 2008). Pensar em esportes e lazer como eixos norteadores de políticas intersetoriais são possibilidade do diálogo entre as diferentes áreas e interesses, como saúde e educação, bem como a efetivação de políticas públicas de forma holística e não compartimentalizada (ZOTOVICI et al., 2013).

Objetivo

Realizar um levantamento bibliográfico sobre pesquisas que estão relacionadas à inserção de políticas públicas esportivas na Agenda Governamental Brasileira.

Metodologia

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e, para isso, fez-se um levantamento nas bases de dados Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS),



II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e no Portal de Periódicos da CAPES. Foram utilizados os seguintes descritores: “Políticas públicas”, “Políticas de esporte” e “Governo”. Foram adotados como critérios de inclusão artigos publicados entre 2010 e 2017, em português e que discutissem aspectos relacionados a implementação de políticas esportivas na agenda governamental brasileira. Após leitura dos títulos e resumos e excluídos os textos duplicados, dissertações e teses foram selecionados 31 artigos para compor o presente estudo.

Resultados

Nas pesquisas ressaltaram-se a importância das políticas públicas esportivas na agenda governamental. Eixos temáticos como: orçamento financeiro, os megaeventos esportivos, modalidades específicas como o futebol, natação e esportes de aventura, a comparação das políticas adotadas no Brasil e em outros países, a atuação dos agentes e profissionais de educação física. Foram identificados seis artigos que objetivavam explicar sobre magnitude e direcionamento dos gastos orçamentários com o esporte em todas as esferas, problematizando as opções que têm orientado as políticas produzidas para o setor (MASCARENHAS, 2016; ORDONHES; LUZ; CAVICHIOLLI, 2016; GRASSO; ISAYAMA, 2017; COSTA, 2016; CASTRO; SCARPIN; SOUZA; 2017; TEIXEIRA; MATHIAS; MASCARENHAS, 2017). Nas pesquisas setes artigos ressaltaram sobre os megaeventos esportivos e seus legados, como forma dos esportes serem incluídos na agenda (PAES; AMARAL, 2017; TEIXEIRA; MATHIAS; MASCARENHAS, 2017; RIBEIRO et al., 2017; TOLEDO; GRIX; BEGA, 2015; SOUZA et al., 2014; ANDRADE et al., 2014). Na área da educação, a disciplina de educação física foi ressaltada, bem como a implementação e avaliação de diferentes programas (SILVA, 2014; BORGES, 2017; PAES; AMARAL, 2017; BENDRATH; GOMES, 2011). Cerca de oito pesquisas usam diferentes quadros conceituais para referenciar e organizar um modelo de política pública, na definição da agenda governamental (STAREPRAVO; JUNIOR, 2016; MACHADO et al., 2017; SILVA; ROMERA; BORGES, 2014; MEZZADRI; SILVA; FIGUERÔA, 2015; UNGHERI; ISAYAMA, 2017; ATHAYDE et al., 2016). Seis artigos evidenciaram que a gestão é a uma das formas de inclusão do trabalho do esporte na agenda, isso facilita muito o desenvolvimento de políticas públicas (FORELL; STIGGER, 2016; MACHADO et al., 2017; SILVA; BORGES 2015; SCHWARTZ et al., 2014). As políticas públicas de lazer e esporte foram mencionadas como uma maneira de trabalho e formulação de estruturas adequadas a cada projeto executado. O esporte enquanto ação participativa, educacional e de rendimento foram discutidos para à implementação de políticas interssetoriais.

Conclusões

Várias são as vertentes de criação de uma agenda governamental, é importante ter consciência, o que seja primordial para a formação de uma política pública para a população em geral. As publicações sobre políticas públicas de esporte e lazer tiveram um efetivo aumento, sobretudo após a realização dos megaeventos esportivos no País. Deve-se levar em consideração que os estudos são abrangentes na esfera federal e,



II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

também, específicos nas políticas municipais. A elegibilidade para se implementar uma política pública deve levar em consideração vários aspectos, tanto de relevância econômica e financeira quanto para a melhoria da qualidade de vida, participação e educação do contingente para quem elas são destinadas e não só para a afirmação do esporte enquanto entretenimento e espetáculo. Desse modo, espera-se que novos programas, ações e iniciativas sejam implantadas, nos próximos anos, para que o esporte e lazer continue exercendo o papel de inserção social, educacional e participativo no contexto nacional.

Referências

ANDRADE, AC; ALMEIDA, MB; ANDRADE, DR. et al. Análise documental das políticas públicas de incentivo às práticas físico-esportivas para pessoas com deficiência no Brasil: perspectivas para as Paralimpíadas Rio2016. **Revista de Gestão Políticas Públicas**, v.4, n.1, p.106-127, 2014.

ATHAYDE, P; CARVALHO, M; MATHIAS, W; et al. Panorama sobre a constitucionalização do direito ao esporte no Brasil. **Revista Motrivivência** v. 28, n. 49, p. 38-53, 2016.

BORGES, C.N.F. Educação cidadã pelo lazer: a contribuição das políticas públicas de esporte e lazer. **Revista Licere**, v.20, n.1, 2017.

BENDRATH, E.A; GOMES, A.A. Estado, políticas públicas e organismos internacionais: a educação no foco do debate. **Intermeio**, v. 16, n.1, p. 157-171, 2011.

CASTRO, S.B.E; SCARPIN, J.E, SOUZA, D.L. Financiamento público e esporte educacional: uma análise do processo orçamentário do programa “Segundo Tempo” (2004-2011). **Revista Motrivivência**, v. 29, n.52, p. 136-156, 2017.

CAPELLA, A.C.M. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n.61, v1, p.25-52, 2006.

COSTA, V. Políticas públicas no Brasil: uma agenda de pesquisas. **Revista Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. UNICAMP, v.6, n.2, p.135-166,. 2015.

FORELL, L; STIGGER, F.G. Gestão e democracia: um estudo etnográfico sobre a apropriação das políticas públicas de esporte e lazer no parque Ararigóia em Porto Alegre/RS. **Revista Licere**, v.19, n.2, p. 168-198, 2016.

GRASSO R.P, ISAYAMA, H.F. Financiamento e políticas públicas de esporte e lazer: uma análise da gestão no município de Santarém/PA (2005-2012). **Revista Brasileira de Ciências e Movimento**, n.25, v.1, p.151-167, 2017.



II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

LINHALES, M.A. A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

MACHADO, G.V; ALMEIDA, R.S; CHAMON, E.M.Q.O; et al. Análise da evolução das políticas públicas em esporte educacional no Brasil. **Revista Ciências Humanas**, v. 10, n Extra, edição 19, p. 103 - 115, 2017.

MARQUES, R.F.R; GUTIERREZ, G.L; ALMEIDA, M.A.B. O esporte contemporâneo e o modelo de concepção das formas de manifestação do esporte. **Conexões**, Campinas, v. 6, n. 2, 2008.

MASCARENHAS, F. O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. **Revista Brasileira de Educação Física e Esportes**, n.30, v.4, p.963-980, 2016.

MEZZADRI, FM; SILVA, MM; FIGUERÔA, KM. Desenvolvimento de um método para as pesquisas em políticas públicas de esporte no Brasil: uma abordagem de pesquisa mista. **Revista Motrivivência**, v. 27, n. 44, p. 49-63, 2015.

ORDONHES, M.T; LUZ, W.R.S; CAVICHIOLLI, F.R. Possíveis relações entre investimentos públicos e obtenção de resultados: o caso da natação brasileira. **Revista Motrivivência**, n.28, v.47, p.82-95, 2016.

PAES, V.R; AMARAL, S.C.F. Políticas públicas de esporte educacional em São Paulo: impacto dos jogos olímpicos de 2016. **Revista Movimento**, v. 23, n. 2, p. 715-728, 2017.

RIBEIRO, S; REIS, N.S; MATIAS, W.B. et al. A agenda do futebol no Governo Lula: ações rumo à Copa do Mundo FIFA 2014. **Revista Motrivivência**, v. 29, n.50, p.90-103, 2017.

SILVA, C.L. A atuação do profissional de Educação Física: políticas públicas de esporte e lazer no contexto brasileiro. **Revista Licere**, v.17, n.1, p.1-23, 2014.

SILVA, O.G.T; ROMERA, L; BORGES, C.N. A sociologia pública no âmbito da produção e intervenção em esporte e lazer no Brasil. **Revista Movimento**, v. 20, n. esp., p. 97-108, 2014.

SOUZA, A.P.P; SOUZA, D.L; SANTOS, S.M. et al. Produção científica brasileira sobre megaeventos esportivos na área das ciências do esporte: um levantamento a partir do COMBRACE 2013. **Revista Motrivivência** v. 26, n. 43, p. 212-228, 2014.

STAREPRAVO, F. A; JÚNIOR, W. M. (Re) Pensando as políticas públicas de esporte e lazer: a sociogênese do subcampo político/burocrático do esporte e lazer no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, v.38, n.1, p.42-49, 2016.

SCHWARTZ, G; TAVARES, G; RIBEIRO, I. C et al. Políticas públicas de esporte e lazer e gestão da informação: incidência da rede CEDES como foco em pesquisas acadêmicas. **Revista Motrivivência**, v. 26, n. 42, p. 86-97, 2014.



II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

TEIXEIRA, M.R; MATIAS, W.B; MASCARENHAS, F. O esporte olímpico no Brasil: recursos financeiros disponibilizados para Olimpíadas Londres 2012. **Rev. Bras. Cien. Esp.** n.3, v.39, p. 284-290, 2017.

TOLEDO, R.M; GRIX, J; BEGA, M.T.S. Megaeventos esportivos e seus legados: uma análise dos efeitos institucionais da eleição do Brasil como país-sede. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 23, n. 56, p. 21-44, 2015.

UNGHERI, B.O; ISAYAMA, H.F. Os saberes e a formação profissional em lazer: uma análise no campo das políticas públicas. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 98, n. 249, p. 389-409,. 2017.

ZOTOVICI, A.S; LOPES, B.R; RANGEL R. et al. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e possibilidades de intersetorialidade. **Revista Licerce**, v.16, n.3, 2013.